



# Esalq: funcionários fazem paralisação

Na sexta-feira, 29, funcionários cruzam os braços e realizam assembleia, às 9h

**JULIANA FRANCO**

Da Gazeta de Piracicaba

juliana.franco@gazetadepiracicaba.com.br

O Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) manteve, em rodada de negociações na última segunda-feira, 25, a proposta de reajuste salarial de 7,21% aos servidores (professores e funcionários técnico-administrativos) da USP (Universidade de São Paulo), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e Unesp (Universidade Estadual Paulista). Insatisfeitos com a proposta, funcionários da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), a exemplo dos trabalhadores das demais instituições de ensino, realizam paralisação nacional na próxima sexta-feira, 29.

Na data, os funcionários da universidade participam de assembleia, a partir das 9h, no



Antonio Trivelin

A assembleia dos funcionários da Esalq será no anfiteatro da escola

anfiteatro da Esalq. Segundo informações do Cruesp, o reajuste foi definido com base no índice Fipe acumulado nos últimos 12 meses. A oferta é de reajuste parcelado em duas vezes, com a primeira parcela em 1º de maio e a segunda em 1º de outubro.

Os servidores das três instituições, que formam o Fórum das Seis, reivindicavam o reajuste de 11,36%. O cálculo defendido pelas categorias segue o índice Dieese dos últimos 12

meses, além de 3% referente à reposição salarial de anos anteriores.

A proposta de reajuste do Cruesp foi aprovada no último dia 19 pelo Conselho Universitário (CO) da USP. Na reunião que votou o tema, o professor Marco Antonio Zago, reitor da USP e atual presidente do Cruesp, afirmou que "essa proposta chega ao limite do que as instituições podem conceder. O propósito é recompor os salários, sem desprezar o al-

to comprometimento do orçamento das universidades com folha de pagamento".

Em nota, a Adusp (Associação dos Docentes da USP) criticou o fato do reajuste proposto pelos reitores ter sido avaliado pelo CO antes de um acordo com as categorias. "Nada de irregular o reitor ouvir o CO quanto às negociações acerca da proposta feita pelo Cruesp e questionada pelo Fórum. Coisa muito diferente é aprová-lo, como o fez, em que pesem as poucas intervenções ponderando a existência de um processo de negociação em curso, inclusive com nova reunião já marcada", diz o comunicado.

Neste mês, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) mudou o trecho da Lei de Diretrizes Orçamentárias que trata do financiamento das três universidades paulistas. As universidades estaduais paulistas terão direito, a partir de 2016, a uma fatia de "no máximo" 9,57% da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Na lei anterior, de 2015, 9,57% era o "mínimo" a que as mesmas instituições tinham direito.